

AFROBRASILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PEDAGÓGICO À DIVERSIDADE

Patrícia da Silva Souza
Graduanda de Pedagogia pela UEPB
pipatricia278@gmail.com

Kátia Anne Bezerra da Silva
Graduanda em Pedagogia pela UEPB
katia-anne@hotmail.com

Margareth Maria de Melo
Profa. Doutoranda pela UERJ/Orientadora pela UEPB
margarethmmelo@yahoo.com.br

Este artigo é fruto de uma pesquisa, em andamento, na educação infantil sobre a diversidade afrobrasileira, motivada pela preocupação com a prática docente referente à temática, visto que, o educador na escola é o responsável pela mediação e construção da autonomia e identidade da criança afrobrasileira. Tem por objetivo investigar e refletir sobre a função do profissional da educação infantil, partindo das relações etnicorraciais para a construção da identidade. A metodologia da pesquisa é descritiva e exploratória, do tipo etnográfica. Serão usadas como técnicas para coleta de dados a observação e entrevistas, em duas escolas públicas rurais do município de Queimadas, na Paraíba. Tomaremos como referência de estudo os documentos oficiais: a LDB, PCN, RCNEI, DCN para a Educação das Relações Etnicorraciais para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e a Lei 10.639/03 que torna obrigatório nas escolas públicas e particulares do Brasil o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Os resultados iniciais revelam que há preconceito dentro das duas instituições escolares, porém é disfarçado, como ocorre na sociedade. Concluimos que é necessária uma formação para o corpo docente. Pois, acreditamos que a partir de um processo de construção de respeito à diversidade etnicorracial, social e cultural haverá uma mudança mais significativa desde a mais tenra idade, em que trará um ganho imensurável de auto-estima das crianças negras, além da contribuição positiva no processo de construção da identidade.

Palavras-chave: diversidade afrobrasileira, criança negra, identidade, prática docente

1. Introdução

Este artigo surgiu a partir de uma pesquisa de campo em andamento em duas Escolas Rurais da cidade de Queimadas, onde estão sendo observada a prática docente referente à temática: Afrobrasileira na Educação Infantil. Observadas a prática do trabalho docente com as crianças, as definições, diferenças, a autonomia, questões de gênero e respeito às diversidades étnicas e culturais.

Identidade, autonomia e diversidade são termos muito atuais e utilizados entre os professores, gestores, equipe técnica e até mesmo entre a família, pessoas que se preocupam com a educação e no desenvolvimento infantil. No aspecto educacional identidade e autonomia são temas fundamentais para alcançar concepções a certa da própria temática.

Para o RCNEI (1998), o respeito à diversidade deve está incorporada pelas as crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas as diferenças e o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas.

Contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, no sentido de ajudá-las a formar uma definição da própria identidade e de sua autonomia para o conhecimento e valorização de si mesmas, é, pois, uma orientação expressa pelo Referencial Curricular Nacional- RCNEI (1998) para a Educação Infantil.

Considerando que as situações educativas que as crianças vivem na Escola e a maneira como os professores tratam essas questões, trabalhar a questão do desenvolvimento da identidade e da autonomia na educação infantil traz a importância do papel do professor como mediador das práticas pedagógicas a formação da criança, contribuindo para que desenvolvam o pleno exercício da cidadania.

Portanto, a formação de uma auto-imagem positiva requer que, na Escola, as crianças vivenciem experiências em situações que lhes favoreçam ganhar confiança em suas capacidades e que sejam vistas como crianças com possibilidades para atrever-se a

explorar novas situações e experiências para a compreensão de sua identidade afrobrasileira.

Neste trabalho, buscamos compreender o trabalho com a temática partindo dos documentos oficiais: RCNEI, LDB, PCN, DCN para a Educação das Relações Etnicorraciais para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana e a Lei 10.639/03 que torna obrigatório nas escolas públicas e particulares do Brasil o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

O projeto pedagógico da educação infantil, apresentado pelo Referencial Curricular Nacional- RCNEI (1998) sugere que as unidades de educação infantil criem condições para a formação integral das crianças, propiciando o desenvolvimento das capacidades física, cognitiva, afetiva, estética ética, além da preocupação com as relações interpessoais e com a inserção social.

A interação da capacidade ética propõe aos educadores um olhar para o desenvolvimento dos valores a que vem nortear as ações da criança. Verificar a prática docente e como esse desenvolvimento vem sendo trabalhado nas duas instituições de ensino e como se dá a compreensão da identidade afrobrasileira com as crianças. É de fundamental compreensão para o entendimento da nossa realidade levamos a questionarmos: Qual a responsabilidade da escola e do professor na garantia do direito de cada pessoa na construção da identidade afrobrasileira de cada criança? Como mediar os conhecimentos que visem atingir objetivos destinados a igualdade de direitos e oportunidades priorizando assim o respeito, a auto-estima e auto-confiança das idéias que ela já construiu em favor da identidade, isto é, do “Quem sou eu?”

Partindo dessas inquietações, sobre como o professor em sua prática pedagógica favorece no desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, tentaremos responder ao problema de pesquisa tomando como hipótese a importância que o professor e sua metodologia influenciam para que aja o início do desenvolvimento da criança ainda nesta fase.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de observar e investigar como a figura do professor pode contribuir com suas práticas pedagógicas ao desenvolvimento da identidade e da autonomia na educação infantil.

2. Fundamentação teórica

As relações étnicorraciais estão presentes diariamente no contexto das instâncias da sociedade, tendo a instituição escolar como lugar de construção e prática de respeito às particularidades. Como cita os Parâmetros curriculares nacionais:

... cabe à escola buscar construir relações de confiança para que a criança possa perceber-se e viver, antes demais nada, como ser em formação, e para que a manifestação de características culturais que partilhe com seu grupo de origem possa ser trabalhada com parte de suas circunstâncias de vida, que não seja impedida do desenvolvimento de suas potencialidades pessoais”. (Parâmetros curriculares nacionais- pluralidade cultural. P 52)

A escola é a instituição social responsável pelo o processo de uma educação sistemática das crianças, cuja finalidade é favorecer ao desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação das experiências da criança.

Dessa forma, podemos ver um grande avanço referente aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica, e por isso, a Educação Infantil, embora não obrigatória é um direito da criança.

Diante dessa perspectiva, deve-se levar em consideração à formação da cidadania infantil, a qual possibilita que a criança tenha o direito de falar, ouvir, colaborar e de respeitar, assim como ser respeitada pelos outros.

Em consonância a essa concepção de direito o Ministério da Educação publicou, em 1998, através do RECNEI com o objetivo de contribuir para a Educação Infantil na valorização dos aspectos ambientais e sócio- culturais, no sentido de promover qualitativamente o ensino da criança na sociedade brasileira.

Sobre os objetivos gerais da educação infantil, o RCNEI (1998, vol. 01, p.63) ressalta que a prática desenvolvida nessas instituições deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de

significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Para que esses objetivos sejam alcançados de modo integrado, o RCNEI (1998) sugere que as atividades devem ser oferecidas para as crianças não só por meio das brincadeiras, mas aquelas advindas de situações pedagógicas orientadas. Nesse sentido, a integração entre ambos os aspectos é relevante no desenvolvimento do trabalho do professor, uma vez que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

Segundo RCNEI- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), muito destes profissionais que atuam na Educação Infantil ainda não tem formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições bastante precárias.

No Brasil atualmente para trabalhar com crianças precisa-se no mínimo ter curso superior, ou magistério, o chamado Normal, com total autonomia polivalente, como são considerado no Art. 62 da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

A formação de docentes para atuar na Educação Básica faz-se- a em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de Educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação infantil

e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, Art. 62 título VI)

As funções destes profissionais vêm passando por reformulações profundas, que contribuem para uma formação mais abrangente e unificadora destes, tanto de creches, como pré-escolares, e de uma reestruturação dos quadros de carreiras, que levem em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, possibilitando a sua atualização profissional.

Considerando que de fundamental importância para este educador buscar sempre por uma formação continuada que lhe favoreça atuar na área educacional de forma qualitativa, isto é, que permita incorporar os profissionais cuja escolaridade ainda não é exigida, e buscando proporcionar-lhes esta oportunidade para adaptação das exigências das redes de ensino.

Sendo um profissional que desenvolva as habilidades de iniciativas de resolução fatos/ problemas, buscando interação para soluções caso seja necessário.

Mostrar situações metodológicas com uma diversidade sócio-cultural, de gênero. Instigando ações que as crianças se tornem mais autônomas, que saibam pensar, tomar as próprias decisões e estudar sozinhos. Sendo uma das metas do ensino- aprendizagem. Como cita o Plano nacional de implementação das Diretrizes curriculares nacionais para Educação das relações étnicorraciais e para o Ensino de história e cultura afrobrasileira e Africana.(P. 49.)

“O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnicorraciais para a história e a cultura brasileiras.”

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica consolidou-se a partir de uma decisão política, mas também pelas lutas de Movimentos Negros e dos próprios educadores. Não tendo responsabilidade apenas de profissional em primeiro momento, e sim do conjunto. Como cita as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações etnicorraciais e para o Ensino de história e cultura afrobrasileira e Africana (p. 17)

Na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivenciada infância;
- Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnicorracial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

A instituição Escolar e o professor devem ter uma dinâmica entre o conhecido e novo, facilitando à criança na compreensão das diferentes formas de organização social, de diferentes grupos étnicos e culturais. Compreendendo a diversidade, valores, objetivos, prioridade na construção coletiva dentro do convívio escolar.

3. Pesquisa Empírica

Nas duas escolas rurais que estão sendo observadas na cidade de Queimadas, nota-se que existe certo receio em falar-se da questão da temática, as aulas são apresentadas desvinculadas da realidade brasileira. O profissional acaba esquecendo ou criando certa camuflagem para a diversidade cultural, social, econômica e étnica do país e da própria localidade como retrata nos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

“ Conhecer e valorizar a pluralidade do Patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais”.

O Profissional deve está atento a essa temática trabalhando desde Educação Infantil, mostrando as diferenças trabalhando de forma que perceptiva com prática de respeito às diferenças partindo de histórias do povo africano, a história dos nossos descendentes.

Embora, com os inúmeros documentos que nos mostram tais diferenças e prática de respeito, direitos e deveres devem estar presentes em nossa sociedade. A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), mostra em seu artigo, Art. 27º.

“ Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”.

Infelizmente, os nossos conteúdos dos livros didáticos nas Escolas Públicas ainda estão esquecendo-se da valorização de todos que participam da sociedade. Ora, o próprio livro Didático não retrata a importância das diferenças abertamente, como a criança enxergará e vivenciará na prática, se tudo ao seu redor há discriminação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, também retrata em seu artigo 2 que:

“ Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (...)”. P. 2

Com a Declaração dos Direitos, só nos mostrar para a Comunidade Escolar, que é através da aceitação do outro e do respeito que os Educadores poderão desempenhar um papel maior de estimulação de senso crítico de cada criança, como forma de uma melhor vivência em todos os âmbitos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCN), Referencial de qualidade para a Educação do Ensino Fundamental do País, retrata abertamente a importância de trabalhar-se com a Diversidade existente no País. Como retrata no Parâmetro Introdutório:

“ Atender necessidades singulares de determinados alunos é estar atento à diversidade (...). A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças- não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos

para o cumprimento da ação educativo; **podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento**”.(grifo meu).
BRASIL (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. 1997.p 96-97).

A partir desta citação nota-se que é a Escola que deve mover-se em busca de práticas constantes e cotidianas para a mudança de pensamento dos indivíduos que se utilizam dessa entidade para o cumprimento de ação educativa e preparação para o ingresso ao mercado de trabalho ou até mesmo saber conviver melhor com todos ao seu redor. Como cita o PCN de Pluralidade Cultural:

“ ensinar a pluralidade ou viver a pluralidade? Sem dúvida, pluralidade vive-se, ensina-se e aprende-se. É trabalho de construção, no qual o envolvimento de todos se dá pelo respeito e pela própria constatação de que, sem o outro, nada se sabe sobre ele, a não ser o que a própria imaginação fornece”. (BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Pluralidade cultural, orientação sexual.** p.57)

Descobrir e aceitar quem realmente somos,partindo da nossa história faz-se com que tenhamos uma prática constante de respeito ao outro em todos os sentidos, aí construiremos um alicerce calcada de comprometimento de uma melhor interação com as pessoas ao nosso redor e conosco também.

As diretrizes Curriculares Nacionais retrata as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

- O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;
- A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de

O professor de educação infantil deve também estar preparado e capacitado para perceber e considerar a autonomia, conquistado pela criança, em todos os aspectos: intelectual, moral e cognitivo, pois é através da autonomia, que a criança se encontra com o sujeito construindo as suas experiências, agindo, refletindo e sabendo se situar no meio em que vive, sem precisar da intervenção de terceiros, conduzindo assim, sua verdadeira liberdade.

A construção da autonomia exige do educador um conhecimento aprofundado. Para tanto, é essencial que ele compreenda os modos próprios das crianças se relacionarem, agirem, sentirem, pensarem e construam conhecimentos, Dessa maneira, a autonomia não deve apenas ser discutida, mas vivenciada nas relações cotidianas.

4. CONCLUSÃO

Esse breve estudo sobre a temática Afrobrasileira na Educação Infantil, teve com intuito mostrar a realidade vivida por duas instituições de ensino da cidade de Queimadas, bem como, os profissionais nela inseridas. E de mostrar o papel importante do educador na aquisição de toda a história, partindo das construções realizadas, farão com que cada criança afrobrasileira tenha uma mudança significativa social, etnicorracial e cultural, havendo um respeito e criança desde da mais tenra idade terá uma contribuição positiva para a construção de sua própria identidade, vivendo em harmonia na convivência com o outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998a. v.1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998b. v. 2.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9396/96, de 20 de Dezembro de 1996.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF. Outubro-2004.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Assinada pelo Brasil na mesma data. Acesso em 11 de agosto de 2011.
